

Entrevista: Michel Foucault*

Tradução de Carlos Deane

“... A geografia dever estar
bem no centro das coisas de
que me ocupo”. (M. F.)

HÉRODOTE – O trabalho que você empreendeu confirma (e alimenta) em grande parte a reflexão que adotamos em geografia, e de modo mais geral, quanto às ideologias e estratégias do espaço.

Ao questionar a geografia, deparamos com um certo numero de conceitos: saber, poder, ciência, formação discursiva, olhar, episteme e a arqueologia que você propôs contribuiu para orientar a nossa reflexão. Assim, a hipótese proposta na *Arqueologia do saber* de que uma formação discursiva não se define nem por um objeto, nem por um estilo, nem por um jogo de conceitos permanentes, nem pela persistência de uma temática, mas deve ser apreendida como um sistema de dispersão regulado, nos permitiu cercar melhor o discurso geográfico.

Por outro lado, ficamos surpresos com o seu silêncio no que diz respeito à geografia (salvo erro, você só evocou sua existência numa comunicação consagrada a Cuvier, e assim mesmo para relegá-la às ciências naturais). Paradoxalmente, seria motivo de estupor se a geografia fosse levada em conta, pois, apesar de Kant e Hegel, os filósofos ignoram a geografia. Deve-se incriminar os geógrafos que, desde Vidal de la Blanche, resolveram se resguardar, ao abrigo das ciências sociais, do marxismo, da epistemologia e da história das ciências, ou devemos incriminar filósofos, indispostos com uma geografia inclassificável, “deslocada”, dividida entre as ciências naturais e as ciências

sociais? A geografia terá um “lugar” na sua arqueologia do saber? Você estará reproduzindo, ao arqueologizá-la, a separação entre ciências da natureza (a investigação, o catálogo) e ciências do homem (o exame, a disciplina), dissolvendo exatamente aí o lugar onde a geografia poderia se estabelecer?

MICHEL FOUCAULT – Para começar, uma resposta rasteiramente empírica. Tentaremos em seguida ver se há outra coisa por detrás. Se eu fizesse a lista de todas as ciências, de todos os conhecimentos, de todos os domínios do saber de que não falo e deveria falar, e de que estou próximo de uma maneira ou de outra, essa lista seria quase infinita. Eu não falo de bioquímica, eu não falo de arqueologia. Nem mesmo fiz uma arqueologia da história. Tomar uma ciência porque ela é interessante, porque é importante ou porque sua história teria alguma coisa de exemplar não me parece um bom método. Será sem dúvida bom método se o que se quer é fazer uma história correta, limpa, conceitualmente asséptica. Mas desde o momento em que se quer fazer uma história que tenha um sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates que se desenrolam neste domínio. Dos domínios cuja genealogia tentei fazer, o primeiro foi a psiquiatria porque eu tinha certa prática e certa experiência de hospital psiquiátrico e senti que ali havia combates, linhas de força, pontos de confrontação, tensões. A história que fiz, só a fiz em função desses combates. Sendo o problema, a aposta, o prêmio a ser conquistado o fato de poder ter um discurso verdadeiro e que fosse estrategicamente eficaz; ou ainda, de que modo a verdade da história podia ter efeito político.

H. – Isso vai ao encontro de uma hipótese que submeto a você: se existem pontos de confrontação, tensões, linhas de força na geografia, eles são subterrâneos pelo fato da ausência de polêmica em geografia. Ora, o que pode atrair um filósofo, um epistemólogo, um arqueólogo é ou arbitrar ou tirar proveito de uma polêmica já entabulada.

M. F. – É verdade que a importância de uma polêmica pode atrair. Mas eu não sou de forma alguma dessa espécie de filósofo que tem ou quer ter um discurso de verdade sobre uma ciência qualquer. Fazer a lei em toda a ciência é o projeto positivista. Eu não diria que em certas formas de marxismo “renovado” não se encontrou uma tentação semelhante, que consistiria em dizer: o

marxismo, como ciência das ciências, pode fazer a teoria das ciências estabelecer a separação entre ciência e ideologia. Ora, essa posição de árbitro, de juiz, de testemunha universal, é um papel a que me recuso cabalmente, pois me parece ligado à instituição universitária da filosofia. Se faço as análises que faço, não é porque estive ligado a certos combates: medicina, psiquiatria, penalidade. Nunca pretendi fazer uma história geral das ciências humanas, nem fazer uma crítica geral da possibilidade das ciências. O subtítulo de *As palavras e as coisas* não é a arqueologia, mas *uma* arqueologia das ciências humanas.

Cabe a vocês que estão diretamente ligados ao que se passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder que passam pela geografia, cabe a vocês enfrentá-los, obter os instrumentos que lhes permitam combater ali.

E no fundo, vocês deveriam me dizer: “Você não está preocupado com essa coisa que não lhe diz muito respeito e que você não conhece bem”. E eu lhes responderia: “Se um ou dois dos ‘truques’ (abordagem ou método) que acreditei poder utilizar na psiquiatria, na penalidade, na história natural podem servir a vocês, eu fico satisfeito. Se forem obrigados a recorrer a outros ou a transformar os meus instrumentos, mostrem-me, porque também poderei ganhar com isso”

H. – Você se refere com muita frequência aos historiadores: Lucien Fabvre, Braudel, Le Roy Ladurie. E rendeu-lhes homenagem em várias ocasiões. Acontece que esses historiadores tentaram estabelecer um diálogo com a geografia e inclusive instaurar uma geo-história ou uma antropogeografia. Por outro lado, ao estudar a economia política e a história natural, você raspa no domínio da geografia. Podemos assinalar assim uma incursão constante à geografia, sem que ela jamais seja levada em conta. Não existe em minha pergunta nem a reclamação de uma hipotética arqueologia da geografia nem realmente uma decepção: somente uma surpresa.

M. F. – Tenho um certo escrúpulo de só responder por argumentos concretos, mas creio que é preciso também desconfiar dessa vontade de essencialidade: se você não fala de uma coisa específica é porque certamente tem obstáculos maiores que iremos superar. Pode-se muito bem não falar de uma coisa qualquer simplesmente porque não se conhece essa coisa, não porque tenhamos dela um saber inconsciente e portanto inacessível. Você me pergunta se a geografia tem um lugar na arqueologia do

saber. Sim, sob a condição de mudar a formulação. Achar um lugar para a geografia seria o mesmo que dizer que a arqueologia do saber tem um projeto de recobrimento total e exaustivo de todos os domínios do saber, o que de modo algum é o que tenho em mente. A arqueologia do saber nunca passou de um método de abordagem.

É verdade que a geografia, pelo menos a partir de Descartes, sempre esteve ligado no Ocidente ao problema do conhecimento. Não se escapa disso. Quem se pretende filósofo e não se coloca a questão “o que é o conhecimento?” ou “o que é a verdade?”, em que sentido se poderia chamar de filósofo? E por mais que eu diga que não sou filósofo, se for da verdade que me ocupo, eu serei apesar de tudo filósofo. Com Nietzsche, essa questão se transformou. Não mais: qual é o caminho mais seguro da Verdade?, mas qual foi o caminho arriscado da verdade? Era esta a questão de Nietzsche e é também a questão de Husserl n’*A crise das ciências européias*. A ciência, a sujeição ao verdadeiro, a obrigação da verdade, os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios vem atravessando completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizam para se tornarem a lei geral de toda a civilização. Qual é a história disso, quais são os seus efeitos, como isso se entrelaça com as relações de poder? Se se toma esse caminho, a geografia depende de um método semelhante. É preciso tentar esse método na geografia, mas como fazê-lo tão bem na farmacologia, na microbiologia, na demografia, etc.? Não há lugar para a geografia na arqueologia do saber, propriamente falando, mas era preciso que se pudesse fazer esta arqueologia do saber geográfico.

H. – Se a geografia não é visível, não é palpável no campo que você explora, em que pratica suas escavações, isto talvez se ligue ao encaminhamento deliberadamente histórico ou arqueológico que na verdade privilegia o fator tempo. Pode-se notar assim que você tem um cuidado rigoroso com a periodização que contrasta com a vagueza, a relativa indeterminação das localizações. Seus espaços de referência são indistintamente a cristandade, o mundo ocidental, a Europa do Norte, a França, sem que esses espaços de referência sejam realmente justificados ou mesmo precisados. Você escreveu que “cada periodização corta na história um certo nível de eventos e, inversamente, cada camada de eventos designa sua próxima periodização, uma vez que, conforme o nível que se escolha, se deverá delimitar periodizações diferentes, e, conforme a periodização que se dê, serão atingidos níveis diferentes. Chega-se assim à metodologia complexa

da descontinuidade”. É possível e mesmo desejável conceber e construir uma metodologia da descontinuidade a propósito do espaço e das escalas espaciais. Você na verdade privilegia o fator tempo, com o risco das delimitações ou espacializações nebulosas, nômades. Espacializações incertas que contrastam com a preocupação de recortar fases, períodos, idades.

M. F. – Toca-se aí num problema de método, mas também de suporte material, que é simplesmente a possibilidade de um homem sozinho percorrê-la. Na verdade, eu poderia perfeitamente dizer: a história da penalidade na França. Afinal foi o que no essencial eu fiz, com um certo número de incursões, de referências, de pequenas fisgadas em outros países. Se eu não digo isso, se eu deixo oscilar uma espécie de fronteira vaga, um pouco ocidental, um pouco nomadizante, é porque a documentação que remexi extravasa um pouco a França, porque muitas vezes para compreender um fenômeno francês fui obrigado a me referir a alguma coisa que se passava em outros lugares, que seria pouco clara, que era anterior no tempo, que serviu de modelo. O que me permite, ressaltando as modificações regionais ou locais, situar esses fenômenos nas sociedades anglo-saxã, espanhola, italiana etc. Eu não especifico mais porque seria tão abusivo dizer: “eu só falo da França” quanto dizer: “eu falo de toda a Europa”. E seria o caso mesmo de precisar – mas este é um trabalho para muitos – onde esse gênero de processo acaba, a partir de onde se pode dizer: “é outra coisa que acontece”.

H. – Essa especialização incerta contrasta com a profusão de metáforas espaciais: posição, deslocamento, lugar, campo, e até geográficas: território, domínio, solo, horizonte, arquipélago, geopolítica, região, paisagem.

M. F. – Espere, retomemos essas metáforas geográficas.

Território é sem dúvida uma metáfora geográfica, mas é em primeiro lugar uma noção jurídico-política: é o que é controlado por um certo tipo de poder.

Campo: noção econômica-jurídica.

Deslocamento: se deslocam um exército, uma tropa, uma população.

Domínio: noção jurídico-política.

Solo: noção histórico-geológica.

Região: noção fiscal, administrativa, militar.

Horizonte: noção pictórica, mas também estratégica.

Dessas, só uma noção é verdadeiramente geográfica, a de arquipélago. Só a utilizei uma vez, para designar, e por causa de Soljenitsin – o arquipélago carcerário –, essa dispersão e ao mesmo tempo o recobrimento universal de uma sociedade por um tipo de sistema punitivo.

H. – Estas noções, certo, não são estritamente geográficas. São contudo noções de base para todo enunciado geográfico. Tocamos assim no fato de que o discurso geográfico produz poucos conceitos e os subtrai de várias áreas. Paisagem é uma noção pictórica, mas é um objeto essencial da geografia tradicional.

M. F. – Mas como você garante que eu tomei essas noções da geografia e não das áreas de onde precisamente a geografia as foi buscar?

H. – O que se deve sublinhar, a respeito de certas metáforas espaciais, é que elas são tanto geográficas como estratégicas, e isso é muito normal visto que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, podemos observar uma circulação de noções: a região dos geógrafos não é outra que a região militar (de *regere*, comandar) e província não é mais que território vencido (de *vincere*). O campo remete ao campo de batalha...

M. F. – Reprovam-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se perceber o processo pelo qual o saber funciona como um poder e prorroga os seus efeitos. Você tem uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que muito naturalmente, se você quiser descrevê-las, remetem você àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo vêm efetivamente se inscrever tanto num solo como em formas de discurso. Quem encarar a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal será necessariamente levado a analisá-la e encará-la como a transformação interna de uma consciência individual. Construirá ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas.

Metaforizar as transformações do discurso pelo lado de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através e a partir de relações de poder.

H. – Althusser, no *Lire le Capital*, coloca, e se coloca, uma questão análoga: “O recurso às metáforas espaciais (...) das quais o presente texto faz uso coloca um problema teórico: o dos seus títulos de existência num discurso de pretensão científica. Este problema pode ser exposto da seguinte forma: por quê uma certa forma de discurso requererá necessariamente o uso de metáforas retiradas de discursos não científicos? Althusser apresenta portanto o recurso às metáforas espaciais como necessário, mas ao mesmo tempo como regressivo, não rigoroso. Tudo leva a pensar, ao contrário, que as metáforas espaciais, longe de serem reacionárias, tecnocráticas, abusivas ou ilegítimas, são antes o sintoma de um pensamento “estratégico”, “combatente”, que coloca o espaço do discurso como terreno e aposta de práticas políticas.

M. F. – É um efeito de guerra, de administração, de implantação, de gestão de um saber que está em questão em tais expressões. Seria o caso de se fazer aí uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há inúmeras gerações. Foi com Bergson que isso começou, ou antes? O espaço era o que está morto, congelado, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.

A utilização de termos espaciais tem um arzinho de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque, como diziam os tolos, “negava a história”, é porque era “tecnocrata.” Eles não compreendiam que, na marcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, dos enquadramentos, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram os processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos do discurso abre sobre a análise efeitos de poder que lhe estão ligados.

H. – Com *Vigiar e punir*, esta estratégia do pensamento abriu uma nova brecha. Com o panoptismo, estamos para além da metáfora. O que está em

jogo é a descrição de instituições em termos de arquitetura, de figuras espaciais. Você evocou inclusive na conclusão a “geopolítica imaginária” da cidade carcerária. Essa figura panóptica compreende o aparelho de estado no seu conjunto? Surge no seu último livro um modelo implícito do poder: uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem sede nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias. Entretanto, você assinala a estatização das escolas, casas de correção e educação até então geridos pelos grupos religiosos ou as associações de beneficência. E paralelamente adota-se uma polícia centralizada, exercendo uma vigilância permanente, exaustiva, capaz de tornar tudo visível sob a condição de se tornar ela própria invisível. “A organização do aparelho policial sanciona no século XVIII a generalização das disciplinas e atinge as dimensões do Estado”.

M. F. – Com o panoptismo, eu viso um conjunto de mecanismos que funcionam dentro de todos os conjuntos de procedimentos de que se serve o poder. O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção. Esta invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada em níveis inicialmente locais: escolas, casernas, hospitais. Fez-se nesses lugares a experimentação da vigilância integral. Aprenderam-se a preparar dossiês, a estabelecer as notações e as classificações, a fazer a contabilidade integrativa desses dados individuais. Claro que a economia – e o sistema fiscal – já tinham utilizado alguns desses processos. Mas a vigilância permanente de um grupo escolar ou de um grupo de doentes é outra coisa. E esses métodos foram, a partir de um certo momento, generalizados. Desta extensão, o aparelho policial foi um dos primeiros vetores, mas também o foi a administração napoleônica. Creio ter citado uma belíssima descrição do papel dos procuradores gerais do império como os olhos do imperador. E, do primeiro procurador de Paris ao simples substituto de província, é o mesmo e único olhar que vigia as desordens, prevê os perigos de criminalidade, sanciona todos os desvios. E se por acaso qualquer coisa neste olhar universal viesse a se relaxar, se ele cochilasse em algum lugar, então o Estado não estaria longe da ruína. O panoptismo não foi confiscado pelos aparelhos do estado, mas estes se apoiaram nessas espécies de pequenos panoptismos regionais e dispersos. De modo que, se quisermos perceber os mecanismos de poder na sua complexidade e nos seus detalhes, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a evitar –

esquematismo que aliás não se encontra no próprio Marx – que consiste localizar o poder no aparelho do Estado, e em fazer do aparelho do Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. Na verdade, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais mais finos, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, nesta medida, veículo de poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos de exploração interferem, confirmam e se apóiam uns nos outros, mas não coincidem.

H. – Se o aparelho de Estado não é o vetor de todos os poderes, não é menos verdade, e especialmente na França com o sistema panóptico-prefeitoral, que ele abrange o essencial das práticas disciplinares.

M. F. – A monarquia administrativa de Luís XIV e Luís XV, tão fortemente centralizada, foi certamente um primeiro modelo. Você sabe que foi na França de Luís XV que se inventou a polícia. Não tenho de forma alguma a intenção de diminuir a importância da eficácia do poder do Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de se deixar escapar todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho do Estado, que muitas vezes o sustentam bem melhor, o renovam, elevam sua eficácia ao máximo. Tem-se com a sociedade soviética o exemplo de um aparelho de Estado que mudou de mãos e que mantém as hierarquias sociais, a vida familiar, a sexualidade, o corpo quase como eram numa sociedade do tipo capitalista. Os mecanismos de poder que atuam na fábrica entre o engenheiro, o contra-mestre e o operário, você acredita que sejam muito diferentes na União Soviética e aqui?

H. – Você mostrou como o saber psiquiátrico trazia em si, pressupunha, exigia a clausura do asilo, como o saber disciplinar trazia em si o modelo de prisão, a medicina de Bichat a reclusão do hospital e a economia política a estrutura da fábrica. Pode-se perguntar, não apenas como piada mas também como hipótese, se o saber geográfico não traz em si o círculo da fronteira, seja nacional, provincial ou municipal. E portanto se às figuras de fechamento que você assinalou – as de louco, do delinqüente, do doente, do proletário – não se deva juntar a do cidadão soldado. O espaço do fechamento não seria então infinitamente mais vasto e menos estanque?

M. F. – É uma idéia bastante sedutora. E para você este seria o homem das nacionalidades? Pois este discurso geográfico que justifica as fronteiras é o discurso do nacionalismo.

H. – A geografia seria, com a história, constitutiva desse discurso nacional, o que marca bem a instauração da escola de Jules Ferry, que confia à história-geografia a tarefa do arraigamento e da inculcação do espírito cívico e patriótico.

M. F. – Tendo como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se derruba o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, preso dentro de si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, as multiplicidades, os movimentos, os desejos, as forças.

De resto, sobre os problemas da identidade regional, e sobre todos os conflitos que podem ocorrer entre ela e a identidade nacional, haveria muita coisa a dizer.

H. – O mapa como instrumento de saber-poder transpõe os três limites que você distinguiu: medida entre os gregos, investigação na Idade Média e exame no século XVIII. O mapa adota cada um dos limites, se transforma de instrumento de investigação, para se transformar hoje em instrumento de exame (mapa eleitoral, mapa das arrecadações de impostos, etc.). É verdade que a história do mapa (ou a sua cronologia) não obedece a cronologia que você estabeleceu.

M. F. – Um mapa dos votos expressos ou das opções eleitorais: é um instrumento de exame. Creio que houve historicamente essa sucessão dos três modelos. Mas está bem claro que essas três técnicas não ficaram isoladas umas das outras. Elas imediatamente se contaminaram. A investigação utilizou a medida e o exame utilizou a investigação. Depois o exame venceu os outros dois, de sorte que reencontramos um aspecto de sua primeira pergunta: será que distinguir exame de investigação não recupera a divisão ciência social/ciência da natureza? De fato, gostaria de ver como a investigação como modelo, como esquema administrativo, fiscal e político, pôde servir de matriz a esses grandes percursos que tiveram lugar

desde o fim da Idade Média até o século XVIII, e onde as pessoas que sulcavam o mundo recolhiam as informações. Elas não as recolhiam em estado bruto. Literalmente, elas investigavam, seguindo esquemas seus mais ou menos claros, mais ou menos conscientes. E eu acredito que as ciências da natureza estabeleceram de fato no interior desta forma geral que era a investigação – como as ciências do homem nasceram a partir do momento em que foram ajustados os procedimentos de vigilância e de registro dos indivíduos. Mas isso era somente o ponto de partida.

E, pelos cruzamentos que imediatamente se produziram, investigação e exame interferiram-se, e por conseguinte as ciências da natureza e as ciências do homem igualmente intercruzaram os seus conceitos, seus métodos, seus resultados. Creio que na geografia tem-se um belo exemplo de uma disciplina que utiliza sistematicamente investigação, medição e exame.

H. – Há aliás no discurso geográfico uma figura onipresente: a do inventário ou catálogo. E este tipo de inventário utiliza os serviços do triplo registro da investigação, da medição e do exame. O geógrafo – talvez seja a sua função essencial, estratégica – coleta a informação. Inventário que um estado bruto não tem grande interesse, e que de fato só é utilizável pelo poder. O poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar.

Compreende-se assim melhor a fraca aptidão epistemológica dos trabalhos geográficos, ao mesmo tempo que são (ou melhor eram) de uma utilidade considerável para os aparelhos do poder. Os viajantes do século XVIII ou os geógrafos do XIX eram na verdade agentes de informação, informação que era diretamente explorável pelas autoridades coloniais, os estrategistas, os negociantes ou os industriais.

M. F. – Posso citar um fato que passo com certa restrição. Uma pessoa especializada em documentos da época de Luís XIV, consultando a correspondência diplomática do século XVIII, se apercebeu que muitas narrativas, que foram em seguida reproduzidas como narrativas de viajantes e que relatam um monte de maravilhas, plantas incríveis, animais monstruosos, eram na verdade narrativas em código. Eram informações precisas sobre a situação militar do país visitado, os recursos econômicos, os mercados, as riquezas, as possibilidades de relação. De sorte que muita gente atribuiu à ingenuidade tardia de certos naturalistas e geógrafos do século

XVIII coisas que na realidade eram informações extraordinariamente precisas, cuja chave aparentemente se descobriu agora.

H. – Quando nos perguntamos por que a geografia não conheceu nenhuma polêmica, nós logo pensamos na fraca influência que Marx exerceu sobre os geógrafos. Não houve geografia Marxista, nem mesmo tendências marxistas em geografia. Os geógrafos que recorrem ao marxismo na verdade se desviam para a economia ou a sociologia, privilegiam as escalas planetária e média. Talvez o marxismo, em todo o caso *O Capital* e, de modo geral, os textos econômicos, privilegiando o fator tempo, não se prestam bem à espacialização. É este o problema naquele trecho de entrevista em que você diz: “Seja qual for a importância das modificações introduzidas nas análises de Ricardo, eu não creio que as análises econômicas de Marx escapem ao espaço epistemológico instaurado por Ricardo”?

M. F. – Marx, para mim, não existe. Quero dizer esta espécie de entidade que se construiu em torno de um nome próprio, e que se refere tanto a um certo indivíduo, quanto à totalidade do que se escreveu e a um imenso processo histórico que deriva dele. Creio que suas análises econômicas, a maneira pela qual ele analisa a formação do capital são em grande parte comandadas pelos conceitos que ele desvia da própria trama da economia ricardiana. Não cabe a mim o mérito de dizer isso, foi Marx mesmo quem o disse. Mas pegue, em compensação, sua análise da Comuna de Paris ou o seu *18 Brumário de Luís Bonaparte*: você tem aí um tipo de análise histórica que manifestamente não depende de um modelo do século XVIII.

Fazer Marx funcionar como um “autor”, localizável num manancial discursivo único e suscetível de uma análise em termos de originalidade ou de coerência interna, é sempre possível. Enfim, tem-se todo o direito de “academizar” Marx.

Mas isso é desconhecer a explosão que ele produziu.

H. – Se se relê Marx através de uma exigência espacial, sua obra parece heterogênea. Há passagens inteiras que denotam uma sensibilidade espacial espantosa.

M. F. – Há algumas bem marcantes. Como tudo que Marx escreveu sobre o exército e seu papel no desenvolvimento do poder político. São coisas mui-

to importantes que praticamente foram deixadas de lado, em proveito dos incessantes comentários sobre a mais-valia.

Gostei muito desta entrevista com vocês, porque mudei de opinião entre o começo e o fim. Confesso que no começo eu pensei que vocês reivindicariam o lugar da geografia como aqueles professores que protestam quando se lhes propõe uma reforma do ensino: “Vocês diminuíram a carga horária das ciências naturais, ou da música, etc.” Então eu pensei: “Eles são gentis de quererem que se faça a sua arqueologia, mas desde que eles mesmos a façam”. Eu não tinha percebido o sentido da objeção de vocês. Agora me dou conta de que os problemas que vocês colocam a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo numero de coisas que relacionei estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias.

Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologias, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam perfeitamente constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações se juntariam aos métodos de vocês. Há um tema que gostaria de estudar nos próximos anos: o exército como matriz de organização e de saber – a necessidade de estudar a fortaleza, a “campanha”, o “movimento”, a colônia, o território. A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo.

Nota

* Esta entrevista foi publicada originalmente no nº 1 (janeiro-março de 1976) de *Hérodote*, revista fundada por um grupo de geógrafos franceses. Seu interesse entretanto não se restringe ao âmbito da geografia. Discutem-se aqui as metáforas espaciais e a validade de seu emprego nos discursos científicos em geral. Noções oriundas (ou não) do saber geográfico, mas que, qualquer maneira, ao emergirem nos discursos das ciências humanas, remetem inevitavelmente ao problema das relações entre saber e poder (C. D.).